

## RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E AIDS: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO<sup>1</sup>

Vânia Maria Carradore<sup>2</sup>  
Paulo Rennes Marçal Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** Vivemos atualmente uma epidemia de Aids, que vem crescendo ao longo dos anos. Diante dessa problemática, os diversos profissionais que trabalham com prevenção, buscam alternativas de ação visando atingir tanto portadores quanto a população que corre risco de se contaminar pelo HIV. Este estudo tem o objetivo de sistematizar um referencial teórico, com base em pesquisas e conhecimentos já existentes, de maneira a buscar elementos para reflexão sobre a questão da Aids e sua relação com a questão de gênero. O estudo realizado aponta para o fato de que, cada vez mais, a Aids parece se tornar uma questão de educação escolar. Considera, então, que as atividades preventivas, nesse contexto, terão maior eficácia se inseridas em programas de Orientação Sexual que possibilitem aos adolescentes vivenciar um verdadeiro processo educativo nas questões relacionadas à sexualidade humana, às relações de gênero e à Aids.

**Palavras-chave:** Aids. Adolescência. Educação escolar. Questões de gênero.

## HUMAN GENDER, SEXUALITY AND AIDS: NOTES FOR REFLECTION

**Abstract:** Nowadays we see an AIDS epidemic which has been growing along the years. It is known that the adolescents represent a group of high vulnerability to HIV. Facing that problem, several professionals who work with the illness prevention search alternative actions, trying to reach that populational segment. This study aims to systematize a theoretical reference, based on pre-existent research and knowledge, so as to obtain elements for the consideration about the issue of education and AIDS prevention. The study points out to the fact that, more and more, AIDS seems to be a question of school education. It is then considered that the prevention activities in that context will be more efficient if included in a Program of Sexual Advice, which allows the adolescents to live a true educational process in the issues related to human sexuality, human gender and AIDS.

**Key words:** Aids. Adolescence. School education. Human gender.

### 1 INTRODUÇÃO

*Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em*

<sup>1</sup> Este artigo, em sua forma original, corresponde à parte da Dissertação de Mestrado em Educação Escolar intitulada Adolescência, AIDS e educação escolar: elementos para reflexão, defendida pela primeira autora na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, em junho de 2002, sob orientação do segundo autor.

<sup>2</sup> Psicóloga. Mestre em Educação Escolar pela UNESP – Araraquara. Supervisora de Ensino da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo em São Carlos – SP.

<sup>3</sup> Psicólogo. Doutor em Saúde Mental pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, com Pós-doutorado pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP em Araraquara, onde coordena o Núcleo em Estudos da Sexualidade – NUSEX.

*qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade... Michel Foucault (2001, p. 9)*

Falar em Aids é falar em sexualidade e em relações de gênero. Embora o modo de transmissão sangüínea do vírus HIV seja importante, o modo de transmissão sexual é dominante no Brasil atualmente. Entre os adolescentes esta também tem sido a maior forma de exposição ao vírus (BRASIL, 2000). Desse modo, delimitando este estudo, é sobre essa via de transmissão que centraremos nosso estudo. Temos adolescentes que se relacionam sexualmente, os quais, para se protegerem deverão usar preservativos. Se usam, o que os leva a usar? Se não usam, o que os leva a não usar? Quem sugere o uso do preservativo? Quem decide pelo uso ou não do preservativo? Há, necessariamente, uma negociação a fazer. Quem negocia são um homem e uma mulher. Mas o que é ser homem e ser mulher? O fato de ser homem ou ser mulher modifica a postura diante do uso do preservativo? O fato de ser homem ou mulher supõe um papel diferenciado na relação sexual? O que significa sexo para os adolescentes e para os adolescentes? Há diferença nesses significados?

Estas e inúmeras outras questões nos remetem a pensar em sexualidade e a pensar em relações de gênero. Mas o que é sexualidade e o que são relações de gênero? Este artigo se propõe a evidenciar esses aspectos, apoiando-se na literatura existente sobre essas temáticas.

## **2 RELAÇÕES DE GÊNERO**

Os estudos de gênero remontam ao movimento feminista, na década de 1960, tendo sofrido mudanças de rumo desde então.

Numa tentativa de compreender a dominação masculina, e conseqüente subordinação feminina, e, especialmente, na tentativa de reverter ou minimizar os efeitos da opressão sofrida pelas mulheres é que surgiram os primeiros trabalhos feministas. Esses trabalhos se centravam na idéia de luta pela igualdade entre os sexos, apoiando-se na denúncia das desigualdades entre homens e mulheres evidenciadas nos mais variados âmbitos da vida, seja político, econômico, familiar, entre outros. Inicialmente, com forte cunho de ativismo político, gradativamente vão sendo assumidos pela academia, conformando, atualmente,

importante campo de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise, etc.

Nos anos 1970, emerge uma corrente teórica que ficou conhecida como “feminismo da diferença” (CARVALHO, 1998, p. 381). Esta corrente dá ênfase às diferenças entre homens e mulheres, e seus estudos estabelecem um universo masculino e um universo feminino, detalhando atitudes, sentimentos, modos de ser considerados próprios de homens e de mulheres, ressaltando a existência de uma oposição binária entre os sexos. Uma das críticas a esse tipo de pensamento diz respeito a seu caráter universalista e a-histórico, já que toma como evidente e permanente a existência da polaridade homem/mulher em qualquer época e em qualquer sociedade. Outra crítica, decorrente desta, é que o feminismo da diferença toma como homogêneos os universos masculino e feminino, desconsiderando que mulheres são diferentes entre si, e homens são diferentes entre si (CARVALHO, 1998; SCOTT, 1990).

Importante ressaltar que, com menor ou maior ênfase nas determinações biológicas das diferenças entre homens e mulheres, os esforços dos estudos feministas sempre foram no sentido de demonstrar a marca social das distinções entre os sexos.

Outras tendências se firmaram na busca de compreender a origem da dominação masculina. Assim, temos uma tendência que se fundamenta no patriarcado, tomando as relações de parentesco como dando origem às desigualdades entre os sexos. Já o “feminismo marxista” busca nas relações de produção que se estabelecem nas sociedades a fonte para compreender essas diferenças, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho. Também na Psicanálise, se apóiam alguns teóricos, especialmente no que tange à compreensão da formação da identidade de gênero (SCOTT, 1990).

Os estudos de gênero, durante algum tempo, se confundiram com os “estudos de mulheres”. Gênero foi tomado como sinônimo de “mulheres”. De acordo com Scott (1990, p. 7), os estudos de mulheres passaram a ser substituídos por estudos de gênero, numa tentativa de buscar legitimidade institucional para os estudos feministas, na década de 1980.

A literatura atual aponta que, no Brasil, a produção teórica e política do feminismo sofre, inicialmente, influência do “feminismo da diferença”, porém a influência marxista se destaca posteriormente, sendo que estes estudos privilegiaram a mulher trabalhadora. Também aqui, diferentes abordagens norteiam os estudos acadêmicos e o ativismo político do feminismo, mas o que se evidencia, atualmente, é que os enfoques

teóricos e a produção acadêmica dos estudos centrados na mulher caminham para os estudos das relações de gênero, e já há uma considerável produção de estudos sobre homens.<sup>4</sup>

Embora com pressupostos teóricos tão diferenciados, é possível afirmar que cada uma dessas tendências tem contribuído, a seu modo, para a compreensão das relações de gênero. Pode-se afirmar que o debate teórico tem avançado no sentido de compreender gênero como construção social, e que sua discussão deve incluir a relação com outras dimensões sociais como as relações de poder, classe, etnia, raça e geração. É nessa perspectiva mais ampla que buscamos os fundamentos para este estudo.

Nessa perspectiva, partimos da definição de gênero dada por Scott (1990, p. 14): “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Temos, então, que o gênero é histórico e é “construção social” (*op. cit.*, p. 7), ou seja, cada sociedade, em cada momento histórico, atribui sentido e significado para as diferenças biológicas entre homens e mulheres, definindo o que é ser homem e o que é ser mulher. Essa perspectiva se coloca frontalmente contra todo e qualquer essencialismo que supõe que a diferença biológica entre machos e fêmeas determina o feminino e o masculino, naturalizando o “ser homem” e o “ser mulher”. Embora nascendo “macho” ou “fêmea”, o processo de transformar-se em homem e mulher depende do modo como cada sociedade valoriza e dá significado a essas diferenças. Lembremo-nos da famosa frase de Simone de Beauvoir (1980, p. 9): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, do mesmo modo que não se nasce homem, mas torna-se homem, ou seja, masculinidades e feminilidades são forjadas numa complexa teia de sentidos e significados em espaços e tempos diversos, portanto, são também diversas.

Porém, o gênero não é um conceito que descreva apenas as relações entre homens e mulheres, pois “estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1990, p. 16). Ou seja, a percepção e observação da diferença sexual na natureza dá origem “a toda uma ordem simbólica – extremamente variável em termos culturais e históricos – [...] categorizando o universo circundante em termos de gênero, de masculino e feminino” (CARVALHO, 1998, p. 390). Essa concepção de feminino e masculino acaba permeando inúmeros outros aspectos da vida social, como a política, a arte, a escola, não se

---

<sup>4</sup> Entre outros, destacamos: Arilha, Ridenti e Medrado (1998), Leal e Boff (1996), Nolasco (1995) e Caldas (1997).

restringindo às relações entre homens e mulheres. Exemplo disso são as profissões consideradas masculinas ou femininas.

Esse conceito de gênero abarca, também, uma dimensão importante que diz respeito ao poder. Ou seja, o poder é considerado como constitutivo das relações que se estabelecem entre homens e mulheres na sociedade, portanto, o poder faz parte da configuração dos gêneros. Nessa linha de pensamento, Heilborn (1999, p. 42) afirma a existência de “um persistente viés assimétrico na estruturação das relações entre os gêneros”. Essa autora propõe que se considere a hierarquia como um elemento central do conceito de gênero. Na nossa sociedade essa relação é estabelecida em termos de um padrão hierárquico, no qual os homens são considerados superiores e as mulheres inferiores. A relação que se estabelece, então, é de dominação masculina e subordinação feminina.

Outro aspecto interessante do conceito de gênero é sua dimensão relacional. Embora, como já afirmamos anteriormente, os estudos de gênero tenham se confundido com os “estudos de mulheres”, esse tipo de viés tem trazido problemas, pois abandona o aspecto relacional do gênero. Nesse sentido, Leal e Boff (1996, p. 121) afirmam que é necessário “abordar gênero enquanto relações e não simplesmente masculinidades e feminilidades como esferas estanques, dissociadas e sem relação uma com a outra na sua própria constituição”. Essas autoras acrescentam, ainda, que esse tipo de perspectiva tem sido enriquecida especialmente pelos estudos sobre homossexualidade, já que estes focam sua atenção na construção social da identidade e no aspecto relacional do gênero. Desse modo, percebe-se que “através da experiência mesma da homossexualidade é que ‘sexo’, de fato, desloca-se para gênero, enquanto categoria, desbiologizando-se” (LEAL; BOFF, 1996, p. 120). É possível, então, perceber que as questões que se referem à identidade de gênero passam pela relação entre o masculino e o feminino.

Para Louro (1997), a característica fundamentalmente social e relacional do conceito de gênero aponta “o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (*op. cit.*, p. 24). Os sujeitos **são** homens, **são** mulheres. O gênero faz parte do sujeito, constituindo-o. Nesse sentido, pode-se falar em identidade de gênero, na medida em que os sujeitos se reconhecem como homens ou como mulheres. Mas os indivíduos não são apenas homens ou apenas mulheres, suas identidades são múltiplas e plurais, assim, “o sentido de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. – constitui o sujeito” (*op. cit.*, p. 25). Aqui, o pressuposto básico é de que as identidades são sempre construídas. Não são fixas e imutáveis, ao contrário, transformam-se e não estão acabadas.

Cada cultura, em determinado momento histórico, estabelece um modelo de relações de gênero, um padrão dominante. Assim, na construção do gênero masculino e do gênero feminino, a despeito das diferenças de classe, raça, geração, pode-se afirmar que há um patamar compartilhado culturalmente e que dá contornos ao masculino e feminino. Embora histórico e socialmente determinado, e embora dando significado a uma ampla gama de interações humanas, o gênero estrutura as relações entre homens e mulheres, assim como estrutura as identidades subjetivas.

Parker (1991, p. 246), em estudo sobre a cultura sexual brasileira, constata a existência de uma “ideologia do gênero” que constrói uma hierarquia de gênero baseada no binômio atividade/passividade: “Focalizada menos no eu sexual e na lógica da reprodução do que nas noções de atividade e passividade, essa ideologia é, provavelmente, a mais fundamente enraizada na vida brasileira”.

Heilborn (1996, p. 142) compartilha essa concepção ao afirmar que “o binômio masculino-dominação-atividade sexual versus feminino-submissão-passividade sexual, [é] estruturador do modelo hierárquico do gênero e da identidade sexual na sociedade brasileira”.

Essa ideologia de gênero vai, então, estruturar as relações entre os homens e as mulheres, assim como vai estruturar as identidades subjetivas e os papéis sexuais. Desse modo, através da socialização a que somos todos submetidos desde o nascimento, o gênero vai, como uma inscrição social, conformando o ser homem e ser mulher, já que atributos de masculinidade e de feminilidade normatizam os papéis sociais relativos a cada gênero.

Desse modo, ao nascer, e até mesmo antes de nascer, pois atualmente já se conhece o sexo dos bebês antes do nascimento, os pais e a família começam a atribuir o significado construído socialmente ao menino ou à menina. Assim, se ensina aos meninos que devem ser ativos, fortes, viris, agressivos, e as meninas são ensinadas a serem passivas, dóceis, frágeis e meigas. Esses papéis vão sendo atribuídos paulatinamente a meninos e a meninas e se evidenciam em aspectos que podem ser facilmente observáveis, desde o tipo de roupa com que são vestidos (azul para os meninos e rosa para as meninas), até o tipo de brinquedos com que são incentivados a brincar, como panelinhas, vassourinhas e bonecas para as meninas, e aviões, carrinhos e bicicletas para os meninos. Emoções e atitudes vão sendo gradativamente moldadas pela sociedade, e atribuídas às crianças que crescerão aprendendo a ser homem e ser mulher. Essa atribuição de modelos e padrões de comportamento aos meninos e as meninas é bastante explorada em Whitaker (1989), em Moreno (1999) e em Parker (1991).

A família, a escola, a mídia e a sociedade em geral contribuem para a divulgação e afirmação de comportamentos padronizados, cristalizados em rígidos estereótipos a respeito do que é ser homem e ser mulher. Na nossa sociedade, o estereótipo masculino supõe a agressividade, a força, a objetividade, a racionalidade, a competitividade, já o estereótipo feminino aponta para a passividade, afetividade, fragilidade, tolerância e emotividade. Embora estes padrões sejam impostos, os indivíduos os incorporam ou rechaçam, com maior ou menor intensidade, a depender de inúmeros fatores.

Porém, pode-se afirmar que esses padrões dominantes conformam masculinidades e feminilidades, como também é possível afirmar que esses padrões vêm sendo relativizados e problematizados. É possível supor que grande parte dessa problematização é devida ao movimento feminista e aos movimentos de liberação homossexual. A industrialização, e a conseqüente urbanização da sociedade e o desenvolvimento tecnológico, também contribuem de certo modo, pois com o advento da pílula anticoncepcional, rompeu-se com as idéias de sexo apenas para procriação, acarretando importantes modificações nas atitudes perante o sexo. As mulheres conquistaram maior controle sobre seu corpo e, podendo planejar a gravidez, passaram a usufruir mais livremente do prazer sexual. Concomitantemente, as mulheres são chamadas a ocupar um lugar no mundo do trabalho o que, de certo modo, provoca rupturas nos papéis tradicionais de homem e de mulher.

Se as mulheres conquistaram mais espaço e visibilidade, por outro lado, o padrão dominante de masculinidade também vem sendo problematizado. Hamawi (1995) refere-se à chamada crise da masculinidade como um tema que ganha força nos nossos dias, evidenciando que muitos homens sentem-se sufocados com o modelo masculino ao qual já não se conformam (no duplo sentido de formar/adequar). Esse autor apresenta uma síntese dos temas que incomodam no modelo masculino vigente, que vale a pena reproduzir:

*a necessidade de nos mostrarmos sempre fortes e capazes; de limitarmos a expressão de nossos sentimentos; de vivermos quase que exclusivamente em campos competitivos; de funcionarmos como servidores da mulher; de sermos permanentemente provedores; de nos ocuparmos apenas de 'coisas sérias', como trabalho, política, etc; e de perdermos o contato sensível com o que nos rodeia, filhos, amigos, natureza, estando proibidas entre os homens expressões tais como 'fracassei', 'não sei', 'me equivoquei', 'não posso'. A lista de tais incômodos poderia se alongar bastante. (HAMAWI, 1995, p. 09)*

Até aqui nos referimos a masculinidades e a feminilidades, supondo que são construídas com base na hierarquia de gênero estabelecida em dada sociedade, em dado momento histórico. Isso significa, também, considerar que não existe um universo masculino homogêneo e um universo feminino homogêneo, mas que homens guardam diferenças entre

si, e mulheres guardam diferenças entre si. Essas diferenças são dadas, pois gênero não é o único determinante das subjetividades, assim, classe, raça e geração são outras dimensões importantes a serem consideradas na construção das masculinidades e feminilidades. Não é possível considerar as relações de gênero como camisas de força a que estamos todos irremediavelmente presos. Caso fosse assim, estaríamos abandonando exatamente a historicidade e possibilidade de mudança e transformação, inclusive das próprias relações de gênero (CARVALHO, 1998; SCOTT, 1990).

Alguns estudos evidenciam o intrincamento dessas dimensões que são constitutivas das identidades masculinas e femininas. Por exemplo, Paiva (1996a) compara as concepções de gênero de estudantes universitários e estudantes de um curso noturno de primeiro grau na cidade de São Paulo e conclui que classe e escolaridade são fatores que moldam o gênero, uma vez que os estudantes universitários demonstram uma relação mais igualitária entre parceiros, já “os alunos de curso noturno de primeiro grau precisam de muita discussão sobre os papéis tradicionais de gênero para que consigam melhor distribuir as responsabilidades” (*op. cit.*, p. 224).

Heilborn (1996), em estudo sobre construção da identidade homossexual, destaca que, no Brasil, nos últimos trinta anos, vem ocorrendo uma modernização na área de costumes, atingindo especialmente as camadas médias e altas dos grandes centros urbanos, fazendo emergir novos códigos relativos à sexualidade em geral, cujo novo modelo de relações preconiza uma relativização da distinção de gênero, postulando uma maior simetria entre os parceiros. Essas camadas médias e altas, de “perfil moderno”, compartilham uma ideologia igualitarista, em que se valoriza a singularidade e liberdade individuais, contrapondo-se ao caráter tradicional da sociedade brasileira.

## **2.1 Sexualidade**

Retomando as reflexões iniciais deste artigo, passamos agora a tecer algumas considerações sobre sexualidade, na tentativa de estabelecer fundamentos teóricos conforme objetivos do presente estudo. Na literatura estudada, é possível verificar que há modos distintos de compreender a sexualidade humana. Dado que a sexualidade não se configura em uma área de estudos específica, é na interface de diferentes disciplinas que se pode buscar um sentido. Desse modo, constata-se que dois grandes paradigmas emergem nos estudos sobre sexualidade: aqueles de cunho “essencialista” e aqueles que se situam no campo do construtivismo social.

De acordo com Heilborn e Brandão (1999, p. 9), o essencialismo se caracteriza pela “convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz às ações.” Já o construtivismo social engloba abordagens que problematizam a universalidade desse instinto sexual, e argumenta que

*existem formas culturalmente específicas, as quais o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura (op. cit., p. 9).*

Podemos situar, no modelo essencialista de conceber a sexualidade, aquelas formas de pensamento de caráter ético ou normativo/terapêutico. Por exemplo, a moral sexual judaico cristã, segundo a qual a sexualidade está ligada à reprodução e aos ideais de amor a Deus e à família e, portanto, identificada com genitalidade e heterossexualidade. Conseqüentemente, qualquer manifestação do erotismo fora desses padrões é considerada como pecado (BIRMAN, 1998; ARIÈS, 1985; COSTA, 1998).

Outro exemplo é a medicina. De acordo com Corrêa (1998, p. 75), na segunda metade do século XIX, se condensa o discurso médico sobre a sexualidade e se constitui a chamada “medicina das perversões”. Krafft Ebing inaugura o campo e é autor da primeira classificação médica dos distúrbios sexuais, considerando-os como anomalias do instinto de conservação da espécie. Esse será, então, o enfoque que a sexualidade vai adquirir na medicina: “ela será unificada como instinto biológico, adquirido hereditariamente e dotado de uma função — a reprodução biológica” (CORRÊA, 1998, p. 78). Estabelece-se assim o sexo normal e anormal, o sexo saudável e doente, tendo como eixo a reprodução e os possíveis desvios deste eixo.

Em 1992, as “doenças” consideradas como desvios sexuais, perversões, etc., foram retiradas da X Classificação Internacional de Doenças (CID). Porém, de acordo com Corrêa (1998), este fato se deveu especialmente às pressões da sociedade civil organizada (movimento feminista e de homossexuais), do que propriamente em função do avanço das pesquisas sobre sexualidade na psiquiatria. Esse fato não impede, entretanto, o surgimento, na atualidade, de pesquisas de base biológica e genética sobre o sexo e o sexual.

Esse modo naturalizante, biologicista e normativo de conceber a sexualidade permeia, também, abordagens como a sexologia, que, em geral, definem uma idéia de “saúde sexual” e da intensificação do prazer, concebendo o sexo como uma “função biológica voltada para o orgasmo” (op. cit., p. 83). Nesse sentido, para os sexólogos, todos os seres

humanos devem usufruir o prazer sexual. Para Birman (1998), as diferentes modalidades de sexologia procuram delimitar a sexualidade no registro do comportamento sexual. A sexualidade “teria padrões inquestionáveis e universais, marcada que seria por regularidades, a que o discurso científico pretenderia definir e aceder com os seus métodos” (*op. cit.*, p. 95). Novamente é a norma, o padrão que se apresentam fundamentados em discursos biológicos sobre a sexualidade. O comportamento sexual como objeto de uma ciência sexual.

Vários autores (PAIVA, 1996b; CORRÊA, 1994; PARKER, 1994; GIAMI, 1994) afirmam que o modo essencialista de pensar a sexualidade dá suporte para inúmeros estudos e intervenções, que surgiram com o advento da Aids. Na linha da medicina preventiva, de caráter higienista e epidemiológico, esses estudos focalizam o comportamento sexual e as práticas sexuais, normalmente baseando-se na noção de risco, típica da epidemiologia. Esses estudos adquirem um caráter normativo, e de controle do comportamento sexual, “tomado como um conjunto de atos e práticas isoladas de seu contexto cultural” (HEILBORN; BRANDÃO, 1999, p. 11).

Relativizar e problematizar esse modo de conceber a sexualidade tem sido a marca das abordagens construtivistas que, embora de distintas maneiras, nas diversas disciplinas e com diferentes ênfases, compõem uma literatura sobre significados e culturas sexuais, considerando a sexualidade como construção social. Essa literatura se caracteriza por compartilhar preocupações similares:

*focalizam temas relacionados a significados culturais e valores; sistemas de poder político e social; processos históricos e redes de significados inseridos num mundo social que modela nossa sexualidade da mesma forma que modela nossas crenças religiosas e convicções ideológicas.* (PARKER; BARBOSA, 1996, p. 9)

O presente estudo se situa nessa perspectiva, e, portanto, toma como pressuposto que a sexualidade humana é um constructo social, ou seja, cada sociedade, em cada momento histórico atribui significados diferentes às práticas sexuais. Além disso, mesmo dentro de uma mesma sociedade, esses significados podem variar de um grupo para outro, assim como podem variar ao longo da vida de uma mesma pessoa. Esse modo de compreender a sexualidade implica em abandonar a tendência de pensar a experiência sexual como relacionada a um ser estritamente biológico, pois “as próprias experiências da excitação sexual e da satisfação erótica acabam sendo definidas não apenas como mera sensação física, mas como um constructo social” (PARKER, 1994, p. 146), ou seja, os sentimentos, as sensações, os sentidos atribuídos às interações sexuais, ao corpo, estão inevitavelmente

marcados pelas formas simbólicas das representações culturais, que moldam assim a experiência sensual.

Importante salientar que esse modo de conceber a sexualidade vai ao sentido de desnaturalizar a existência *a priori* de uma sexualidade feminina e uma sexualidade masculina, coerente com os estudos de gênero, que também dão suporte teórico a esse estudo.

Os estudos no campo da antropologia têm contribuído para a compreensão da sexualidade humana como significados culturais atribuídos às práticas e comportamentos sexuais, portanto, sujeita a normas e padrões específicos de cada sociedade. Esse olhar se dirigiu, primeiramente, para as sociedades ditas primitivas, porém, atualmente, já existem estudos sobre sociedades mais complexas. Parker (1991) realizou vários estudos sobre a cultura sexual brasileira e apresenta considerações importantes que interessam particularmente ao presente estudo, uma vez que pretendo tratar da problemática da Aids entre adolescentes no momento atual. Sendo assim, tomo aqui suas conclusões como um parâmetro norteador.

Parker toma por base o seguinte pressuposto: “a experiência sexual, como toda experiência humana, é menos o resultado de uma natureza imutável do que o produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos”, e dessa maneira, dá atenção especial “às formas culturais intersubjetivas que moldam e estruturam a experiência subjetiva da vida sexual em diferentes ambientes sociais” (*op. cit.*, p. 13).

Alertando para o fato de que, em se tratando de uma sociedade extremamente complexa como o Brasil, deve-se levar em conta as questões da diversidade e da diferença dentro da mesma sociedade, esse autor afirma que

*A experiência sexual toma forma no Brasil, como em outras sociedades muito complexas, menos no singular que no plural, e assim é menos adequado falar de um só e unificado sistema de significados sexuais na cultura contemporânea brasileira do que pensar em termos de múltiplos subsistemas, em padrões recorrentes, embora díspares, conflitantes e, às vezes, até contraditórios, lógicas que, de alguma maneira, conseguiram entrelaçar e interpenetrar a tessitura da vida social. (op. cit., p. 14)*

Desse modo, Parker descreve cinco subsistemas que coexistem e se articulam no universo sexual brasileiro, e que podem ser descritos como padrões de referência que os brasileiros se utilizam na construção e interpretação de suas próprias experiências sexuais, que resumidamente apresento a seguir.

O primeiro deles é o **sistema de gênero patriarcal**, que se define pela polarização atividade/masculino, passividade/feminino e que molda a experiência sexual dos brasileiros. Originário do contexto de uma ordem social patriarcal, essa polarização está, atualmente,

presente nas práticas e na linguagem informal da vida diária contemporânea, tornando-se base de um “complexo sistema de dominações simbólicas e estabelecendo relações hierárquicas, não apenas entre homens e mulheres em geral, mas entre uma série mais ampla de tipos classificatórios que estruturam o panorama sexual tradicional na cultura brasileira” (PARKER, 1991, p. 15).

O segundo é um **sistema de proibições religiosas**, “focado não apenas no corpo e seus atos, mas nas implicações desses atos para a alma” (*op. cit.*, p. 15). Tal sistema tem origem na tradição católica, e seus valores fundamentais são o casamento, a monogamia e a procriação. “A conduta sexual que combina com sucesso esses três elementos é compreendida como legítima e aceita dentro da visão católica de mundo” (*op. cit.*, p. 116), o contrário é percebido como fora dos limites da “legitimidade e da virtude”, entrando em cena a noção de pecado.

O terceiro é composto pelo **discurso médico higienista do século XIX**, que, aliado ao discurso religioso, considerava, com vistas à saúde da população, o casamento monogâmico e o sexo reprodutivo como exemplo de vida sexual saudável. Assim, a higiene social, a medicina moderna e a investigação científica desenvolveram

*um novo conjunto de classificações sexuais, o qual, embora muitas vezes paralelo às categorias da tradição patriarcal, destinava-se menos à articulação de uma hierarquia de gênero do que à análise e tratamento das anormalidades e perversões, em descobrir as raízes da promiscuidade e afirmar a normalidade da sexualidade reprodutiva.* (PARKER, 1991, p. 125)

Desse modo, associa-se ao “pecado” a noção de doença e perigo, ou seja, homossexualidade, masturbação, prostituição, por contrariarem a lógica reprodutiva, passaram a ser designados como comportamentos “anormais”. Diferente do discurso religioso, uma perspectiva mais racionalizada se instalou, oferecendo outra leitura da natureza da vida sexual.

O quarto subsistema pode ser sintetizado no **discurso da ciência moderna do sexo**. Baseado, principalmente, na divulgação de informações científicas sobre sexo, a sexualidade entra em cena com o debate contemporâneo sobre os direitos reprodutivos, o aborto, os direitos das minorias sexuais e, mais recentemente, a epidemia de Aids. Estes fatos, bem como, o “retrocesso do significado da família, da moralidade tradicional e da autoridade religiosa que acompanhou os processos de urbanização, abri[ram] novos espaços na textura da sociedade para a reorganização dos valores sexuais e a reconstrução de suas práticas” (PARKER, 1991, p. 135). Assim, o que antes era considerado perversão, passa a ser

relativizado e problematizado, instituindo-se um discurso da diversidade da vida sexual, buscando-se uma “compreensão racional e científica da vida sexual” (*op. cit.*, p. 138).

O quinto subsistema existente na cultura sexual brasileira proposto por Parker é a **ideologia do erotismo**.

*Unindo a questão do significado à do poder, e existindo, como acontece, simultaneamente para a grande maioria dos brasileiros contemporâneos, os conceitos de gênero na cultura popular, a renúncia à carne na ideologia religiosa e a interrogação de desejos perigosos no moderno pensamento científico e médico delineiam um quadro elaborado de possíveis práticas sexuais — algumas definidas como permitidas, outras como proibidas. A própria noção de proibição, entretanto, implica também a possibilidade de transgressão — uma possibilidade que é também definida culturalmente. (op. cit., p. 18)*

A transgressão é, então, altamente valorizada no domínio erótico, definindo a ideologia do erotismo na cultura brasileira. Essa noção de transgressão se fundamenta nas noções de público e privado, ou seja, se a vida pública é permeada por normas e interdições, é na vida privada que “tudo pode acontecer”. De acordo com Parker, essa noção de transgressão se evidencia nas expressões populares como, “em baixo do pano tudo pode acontecer” ou “entre quatro paredes tudo pode acontecer”. O que o leva a afirmar que “na intimidade das interações sexuais, as regras e regulamentos da vida cotidiana normal deixam de funcionar, e uma liberdade de expressão sexual que seria estritamente proibida no mundo externo molda-se na privacidade da prática erótica” (PARKER, 1994, p. 144).

## 2.2 Gênero e Sexualidade

Estabelecida uma concepção de relações de gênero e uma concepção de sexualidade, passamos a tratar agora da relação gênero/sexualidade.

Aqui se faz necessária uma distinção entre identidade de gênero e identidade sexual. A identidade de gênero, como já nos referimos, diz respeito ao ser homem e ao ser mulher. Já a identidade sexual refere-se ao modo como os sujeitos podem exercer sua sexualidade, ao modo como vivem seus desejos e prazeres corporais. Desse modo, suas “identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as” (LOURO, 1997, p. 26). Portanto, sujeitos masculinos ou femininos, do ponto de vista do gênero, podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais, do ponto de vista da identidade sexual.

Há, ainda, um outro aspecto a ser ressaltado. O fato de uma pessoa se relacionar sexualmente com outra pessoa do mesmo sexo não significa, necessariamente, ser homossexual. Weeks (2000) argumenta que “sentimentos e desejos são uma coisa, enquanto que a aceitação de uma posição social particular e um organizado senso de si – isto é, uma identidade – é outra. Não existe nenhuma conexão necessária entre comportamento e identidade sexual” (*op. cit.*, p. 72).

Voltando à relação gênero/sexualidade, tomamos como referência o pressuposto de que o sentido do exercício da sexualidade é moldado, não só, mas também, pelas relações de gênero estabelecidas em dada sociedade. Nesta linha de raciocínio, achamos importante ilustrar com estudos já realizados sobre a cultura sexual brasileira que enfatizam esse tipo de relação.

Parker (1991) considera que as relações de gênero patriarcais, presentes na sociedade brasileira, estabelecem padrões de atitudes perante o sexo de homens e de mulheres. Assim, o binômio, passividade/feminino *versus* atividade/masculino é a lógica que permeia as relações entre homens e mulheres. Por exemplo, ao analisar o vocabulário que os brasileiros usam para designar o ato sexual, constata que os homens “comem” e as mulheres “dão”, numa simbologia que denota a força e a virilidade masculina e a fragilidade e entrega feminina. Referindo-se ao processo de socialização a que são submetidos meninos e meninas, conclui que o controle e a limitação são as marcas do tratamento cultural dado à sexualidade feminina e que esse tratamento se baseia na “economia simbólica de silêncio e ignorância, repressão e proibição” (*op. cit.*, p. 103), ao passo que a incitação e o encorajamento são as marcas dadas à sexualidade masculina, com base em discursos constantes sobre assuntos sexuais, circunscritos aos grupos masculinos, assim como, uma educação sexual contínua e explícita é oferecida pelos homens mais velhos aos jovens.

Heilborn (1999) compartilha a idéia de que o gênero molda a sexualidade e apresenta conclusões interessantes em estudo etnográfico realizado com homens e mulheres de 20 a 45 anos, residentes no Rio de Janeiro, em que examina as carreiras sexuais/amorosas dos sujeitos, buscando estabelecer relações entre a esfera sexual, as relações de gênero e a subjetividade.

Dentre essas conclusões, destacamos, em relação aos homens: a iniciação sexual como um importante processo de constituição de uma masculinidade adulta; valorizar atitudes como tomar a iniciativa de buscar uma mulher; ultrapassar as barreiras para se aproximar de uma mulher, através do jogo de sedução; manter a posição masculina de superioridade em relação à mulher e, finalmente, socializar com os amigos suas conquistas amorosas. Além

disso, Heilborn destaca os desconfortos relatados, especialmente pelos homens mais tímidos, com os roteiros de gênero prescritos.

Em relação às mulheres, especialmente as de camadas médias, os relatos sobre a educação sexual recebida referem-se a omissões, constrangimentos e interdições. A iniciação sexual é relatada como envolta em grande expectativa, especialmente no que tange à perda da virgindade, que pode significar “perda de valor no mercado matrimonial e categorização moral negativa” (HEILBORN, 1999 p. 49). O exercício da sexualidade faz sentido para as mulheres quando vinculado ao casamento, contrastando com a lógica masculina. O amor é considerado imprescindível nos relacionamentos, e a atividade sexual “é um canal de afetos que devem perdurar para além do ato” (*op. cit.*, p. 51).

Barbosa e Villela (1996), em estudo com homens e mulheres entre 25 e 50 anos na cidade de São Paulo, embora concordem que as relações de gênero são determinantes das concepções de sexualidade de homens e mulheres, alertam para a existência de uma certa relativização dos rígidos padrões de gênero existentes na sociedade brasileira. Concluem que tanto os homens quanto as mulheres compartilham idéias de que, para os homens, o sexo é um imperativo biológico, uma “necessidade” que deve ser satisfeita, pois do contrário pode trazer problemas, como nervosismo. Já para as mulheres o sexo depende da “vontade”, que deve, portanto, ser despertada pelos homens. Esta “vontade” está referida ao contexto geral da vida, especialmente à sua dimensão afetiva e de fantasia. Essas autoras acrescentam que, apesar da reconhecida diferença entre homens e mulheres, no que diz respeito à sexualidade, o discurso igualitário também está presente, “significando a admissão masculina do desejo da mulher e da autonomia desse desejo” (BARBOSA; VILLELA, 1996, p. 197), representações estas decorrentes das profundas modificações ocorridas nos papéis que as mulheres vêm desempenhando na sociedade brasileira.

Creemos ter conseguido demonstrar suficientemente que cada sociedade estabelece padrões de conduta no que se refere ao exercício da sexualidade, tanto para homens como para mulheres. E é possível sintetizar que, tradicionalmente, na sociedade brasileira, a sexualidade feminina é circunscrita ao espaço doméstico, basicamente voltada para a reprodução, e sua educação sexual é baseada na ocultação do desejo e no controle desse mesmo desejo que deve ser contido. Já dos homens, espera-se que sejam sexualmente ativos o mais cedo possível e são educados num clima de permissividade e incentivo ao exercício da sexualidade com muitas parceiras. Devem se mostrar fortes e viris, não podendo recusar o sexo, sob pena de terem sua masculinidade contestada. É óbvio que, com as transformações ocorridas na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos, esses padrões vêm sendo, de

alguma maneira, relativizados e problematizados, porém, o velho e o novo coexistem na conformação das masculinidades e das feminilidades brasileiras.

### **3 GÊNERO, SEXUALIDADE E AIDS**

Finalmente, é possível estabelecer uma relação entre gênero, sexualidade e Aids. Inúmeros estudos têm demonstrado que o modo como homens e mulheres são socializados, dentro de determinada cultura sexual que atribui sentidos diversos para o exercício da sexualidade de ambos, é um dos fatores que impede a adoção de comportamentos preventivos nas relações sexuais. Essas normas de gênero contribuem para aumentar a vulnerabilidade ao HIV, tanto de homens quanto de mulheres. Destacamos alguns estudos que abordam essa problemática e apresentam conclusões importantes.

Villela (1997) considera que a associação da masculinidade com poder traz conseqüências para a adoção de comportamentos preventivos por parte dos homens, uma vez que, ao se considerarem “fortes”, acreditam estar imunes a doenças, não precisando protegerem-se; assumindo seu papel de provedores, preocupam-se mais com trabalho, dinheiro e família, entendendo a Aids como um problema secundário; consideram a vida cheia de riscos e um homem de verdade deve estar preparado para enfrentá-los; o medo de falhar ou não manter a ereção numa relação sexual, também impede o uso do preservativo.

O medo de falhar ou de não manter a ereção como impeditivo do uso do preservativo é confirmado por Kalchmann (1998), em estudo sobre as percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. Essa autora constata que esses homens relatam como dificuldades importantes para o uso do preservativo masculino: “a perda da sensibilidade, a interrupção do clima amoroso, que pode comprometer a ereção, aumentando a ansiedade e o medo de não desempenhar o seu papel junto à parceira” (*op. cit.*, p. 86).

Outro aspecto importante relatado por essa autora diz respeito ao fato de que os homens pesquisados acreditam ser suspeito uma mulher pedir ou portar um preservativo masculino, significando que ela pode ter muitos parceiros ou estar “bichada”. Além disso, esses homens relatam que aceitam que a mulher peça para usar o preservativo se o argumento for para evitar filhos, denotando ser a contracepção considerada um direito legítimo da mulher, porém, quando o desejo é a prevenção a doenças, o mesmo não acontece.

Alonso (1995), em estudo com mulheres, relaciona o aumento de casos de Aids em mulheres com o fato de que elas se envolvem em relações sexuais porque se acreditam

apaixonadas, e, por estarem apaixonadas, desistem dos cuidados preventivos. Essas constatações são compartilhadas por Diniz e Villela (1998, p.16) quando, analisando discursos de mulheres portadoras do HIV, afirmam que, nas histórias dessas mulheres, “o que é recorrente é a intermediação do amor na construção do risco”. Constatam, ainda, que as relações de gênero interferem e normatizam o exercício da sexualidade feminina ao prescreverem que “o amor é o único meio legitimado das mulheres para o exercício da sexualidade” (*op. cit.*, p. 16).

Paiva *et al.* (1998), ao estudarem mulheres soropositivas, concluem que principalmente em função de cumprirem o papel que se espera delas, ou seja, o amor monogâmico e a dedicação ao doméstico, estas mulheres não se percebem em risco quando praticam sexo desprotegido.

Arilha (1998), em estudo no qual identifica em homens adultos os repertórios que, associados ao campo da reprodução, influem na construção da(s) masculinidade(s), constata a “existência, no imaginário social dos homens de estratos médios, de uma idéia motriz associada a uma vida sexual ‘livre’ e ativa na juventude, [...] praticamente incompatível com o uso de preservativos” (*op. cit.*, p. 71).

Heilborn e Gouveia (1999), em estudo com mulheres de camadas populares urbanas, constatam que a “naturalização” da infidelidade masculina é bastante acentuada, ou seja, o homem é considerado como impulsivo e tendo muita necessidade de satisfação sexual, o que justifica a procura de muitas mulheres, porém, paradoxalmente, essa idéia não é associada à necessidade de prevenção, e “muitas mulheres acreditam que se previnem simplesmente sendo fiéis ao marido” (*op. cit.*, p. 189). Essas mulheres relatam constrangimento ao negociar o uso do preservativo com os maridos, o que denota um “sentimento de dependência do pólo masculino” (*op. cit.*, p. 193). Acabam ficando na esperança de que os maridos usem preservativo com “as outras”, porém sem garantias de que o farão.

Em contrapartida, essa “naturalização” da impulsividade e conseqüente imagem dos homens como “garanhões” que, não só necessitam, mas não podem recusar sexo, compartilhada tanto por homens como por mulheres, acarreta também para estes a dificuldade de se prevenirem, já que recusar sexo pode pôr em dúvida sua masculinidade, além de os induzirem a buscar um número maior de parceiras.

Tomando a sexualidade como construção social, cujas práticas serão definidas em cada tempo e em cada sociedade de maneiras diversas, e tomando o gênero como o sentido que cada sociedade dá às diferenças biológicas entre homens e mulheres, conformando

masculinidades e feminilidades, é possível delinear algumas constatações e suas implicações no campo da Aids e de sua prevenção.

Em primeiro lugar, a constatação de que a lógica de gênero permeia tanto as práticas sexuais como as atitudes de homens e de mulheres frente à Aids. Em segundo lugar, a constatação de que os determinantes de gênero afetam homens e mulheres e que a desigualdade nas relações traz dificuldades para ambos na busca de exercer sexo seguro. Em terceiro lugar, a consideração de que contextos culturais específicos moldam padrões de gênero específicos, apesar da existência de padrões dominantes de masculinidades e feminilidades em dada sociedade. Além disso, outros aspectos são determinantes do masculino e do feminino, como classe, raça, escolaridade, geração, entre outros. Paiva (1999, p. 260) é elucidativa nesse sentido, quando afirma que “renda e educação produzirão cenários sexuais diferentes, roteiros de gênero ganharão outros contornos e as cenas sexuais serão outras, em grupos da mesma geração que habitam a mesma cidade”.

Nessa perspectiva, parece ser de fundamental importância para qualquer programa preventivo considerar os significados culturais dados ao gênero, à sexualidade e à Aids, por grupos específicos como o dos adolescentes que são objeto deste estudo. Além disso, mudar comportamentos e atitudes diante da Aids parece não se tratar, como vimos, de uma questão puramente individual (nesse sentido, o grupo de referência do indivíduo tem um papel importante a desempenhar nas atitudes de cada um). Portanto, conhecer as normas e padrões de conduta do grupo de referência é de suma importância para que se possam identificar os sentidos que norteiam as práticas, descobrir os obstáculos postos pelos sentidos e tentar ressignificá-los.

Cumprido salientar que ressignificar sentidos, padrões, normas, valores, sejam relativos à sexualidade, ao gênero ou à própria Aids, não se apresenta como tarefa simples, ao contrário, dada a complexidade de fatores inter-relacionados, nos parece que supõe um trabalho de desconstrução, de desnaturalização de idéias e conceitos e de derrubada de mitos, tabus, preconceitos e, finalmente, de apontar possibilidades novas de entendimento, de atitudes diante de tais temáticas. Nesse sentido, já é possível antever que as atividades preventivas em Aids parecem demandar continuidade ao longo do tempo, para que esse novo possa, então, ser incorporado como novas práticas, entre elas, a adoção do comportamento preventivo.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Luiza Klein. Mulher, afeto e Aids. *Doxa: Revista Paulista de Psicologia e Educação*. Araraquara, v. 1, n. 3, p. 47-63, set./dez. 1995.

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In: \_\_\_\_\_. , Béjin, André. (orgs.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 50-3.

ARILHA, Margareth. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade” In: \_\_\_\_\_., Ridenti, Sandra Unbehaum, Medrado, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 51-77.

\_\_\_\_\_. RIDENTI, Sadra Unbehaum, MEDRADO, Benedito. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BARBOSA, Regina, VILLELA, Wilza. Repensando as relações entre gênero e sexualidade. In: Parker, Richard, Barbosa, Regina (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 189-99.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIRMAN, Joel. Erotismo, desamparo e feminilidade — uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 93-132.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Boletim Epidemiológico – Aids*. Brasília, v. 13, n. 2, jul./set. 2000. 45 p.

CALDAS, Dário (org.). *Homens*. São Paulo: SENAC, 1997.

CARVALHO, Marília. de Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: Bruschini, Cristina; Holanda, Heloísa Buarque de (orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 379-409.

CORRÊA, Marisa. Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico: algumas reflexões. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 69-92.

\_\_\_\_\_. Medicalização e a construção da sexualidade. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 117-40.

COSTA, Jurandir Freire. Sexo e amor em Santo Agostinho. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 133-58.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2001

GIAMI, Alain. De Kinsey à Aids: a evolução da construção do comportamento sexual em pesquisas quantitativas. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 209-40.

HAMAWI, Rodolfo. Introdução: que querem os homens? In: Nolasco, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p.09-12.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 40-58.

\_\_\_\_\_. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, Richard, Barbosa, Regina (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 136-45.

\_\_\_\_\_. , BRANDÃO, Elaine. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: Heilborn, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 7-17.

\_\_\_\_\_. ,GOUVEIA, Patrícia Fernanda. Marido é tudo igual: mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In: Barbosa, Regina, Parker, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.175-98.

KALCHMANN, Suzana. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: Arilha, Margareth, Ridenti, Sandra Unbehaum, Medrado, Benedito (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 79-99.

LEAL, Ondina Fachel, BOFF, Adriane de Melo. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: Parker, Richard, Barbosa, Regina (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 1996. p. 119-35.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora de Universidade Estadual de Campinas, 1999.

NOLASCO, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PAIVA, Vera. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: Barbosa, Regina, Parker, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 249-69.

\_\_\_\_\_. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: Parker, Richard, Barbosa, Regina (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996a. p. 213-34.

\_\_\_\_\_. *Fazendo arte com a camisinha: a história de um projeto de prevenção da AIDS para jovens*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996b.

\_\_\_\_\_. *et al.* A vulnerabilidade das mulheres ao HIV é maior por causa dos condicionantes de gênero? *Cuadernos Mujer e Salud: Red de Salud de las Mujeres Latino Americanas Y del Caribe*, Caribe, n. 3, p. 34-8, 1998.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991. 295 p.

\_\_\_\_\_. Diversidade sexual, análise sexual e a educação sexual sobre a Aids no Brasil. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.141-59.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, jul./dez. 1990.

VILLELA, Wilza. Homens que fazem sexo com mulheres: prevenindo a transmissão sexual do HIV, propostas e pistas para o trabalho. São Paulo: NEPAIDS, 1997. 52 p.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WHITAKER, Dulce. *Mulher & homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1989.

Vânia Maria Carradore e Paulo Rennes M. Ribeiro  
E-mail: [vaniacarradore@terra.com.br](mailto:vaniacarradore@terra.com.br)  
E-mail: [paulorennes@fclar.unesp.br](mailto:paulorennes@fclar.unesp.br)

Recebido: 20/11/2003

Aprovado: 19/07/2004